

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

2023-2025



Assessoria de Gestão
Estratégica



+ mapa estratégico 2021 - 2026

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS



Apresentação

O Mapa Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas representa a bússola que orienta a atuação institucional, conectando a missão, a visão e os valores da Justiça Eleitoral aos objetivos estratégicos estabelecidos para o período vigente. Ele traduz, de forma clara e objetiva, as prioridades do Tribunal no cumprimento de seu papel constitucional e no atendimento às demandas da sociedade.

Para que esse direcionamento se materialize em resultados concretos, o TRE-AL desenvolve e executa iniciativas estratégicas, que são projetos, programas ou ações diretamente alinhados aos objetivos do Mapa. Essas iniciativas representam a ponte entre o planejamento e a execução, sendo fundamentais para promover melhorias nos serviços prestados, fortalecer a governança, ampliar a participação cidadã e modernizar a gestão pública eleitoral.

Este portfólio reúne as principais iniciativas estratégicas do TRE-AL, demonstrando como o planejamento institucional se traduz em ações efetivas, monitoradas e avaliadas, com foco na entrega de valor público e na consolidação de uma Justiça Eleitoral cada vez mais eficiente, acessível e democrática.

Perspectivas

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), comprometido com a excelência na entrega de serviços à sociedade, estrutura seu planejamento estratégico com base em três grandes perspectivas integradas: Sociedade, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento. Cada uma delas reflete um eixo fundamental de atuação da Justiça Eleitoral, orientando a definição de iniciativas estratégicas que impulsionam a transformação institucional e o alcance das metas organizacionais.



INICIATIVAS ESTRATEGICAS

As iniciativas estratégicas do TRE-AL são ações ou projetos planejados para alcançar os objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Essas iniciativas são desenvolvidas com base no planejamento estratégico da Justiça Eleitoral, alinhadas às diretrizes nacionais e às necessidades locais, visando aprimorar a gestão, a governança, a eficiência dos serviços prestados à sociedade e o fortalecimento da democracia.

01



Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), assegurando o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuando as desigualdades sociais, garantindo os direitos das minorias e promovendo a inclusão e a acessibilidade para todos.

1

Iniciativa: Adequação dos imóveis às condições de acessibilidade

Nome

| Adequação dos imóveis às condições de acessibilidade

Responsável

| AARI, SAD e AJAP

Descrição

Verificar junto às unidades competentes (Secretaria de Administração) se os imóveis sob responsabilidade deste Tribunal possuem acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais e/ou dificuldades de locomoção. Quanto àqueles que não atenderem as prescrições, que seja dada prioridade para adequação do imóvel.

Finalidade

Promover a adequação dos imóveis do TRE-AL às normas de acessibilidade, assegurando a inclusão e o acesso universal a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa ação visa garantir o cumprimento da legislação vigente, melhorar as condições de uso dos espaços físicos e fortalecer a responsabilidade social da instituição, refletindo diretamente nos indicadores de sustentabilidade e responsabilidade institucional, alinhando-se aos objetivos estratégicos de eficiência e acessibilidade do TRE-AL.

Evidência

| Processo SEI 0003640-09.2020.6.02.8000

2

Iniciativa: Ampliação de Tecnologias Assistivas e Acessibilidade Comunicacional

Nome	Ampliação de Tecnologias Assistivas e Acessibilidade Comunicacional
Responsável	AARI, ACSC e STI
Descrição	Desenvolvimento de conjunto de sistemas computacionais, aplicativos e sistemas web, ou sistemas de edição que serão agregados no site do Tribunal, possibilitando uma tecnologia assistiva, por exemplo lupas eletrônicas e audiodescrição e comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, entre elas propagandas e pronunciamentos, vídeos educativos e reuniões.
Finalidade	Promover a inclusão digital e acessibilidade plena nas comunicações do Tribunal, por meio do desenvolvimento e integração de tecnologias assistivas, garantindo a participação igualitária de todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência, em manifestações públicas, conteúdos digitais e eventos institucionais.
Evidência	https://www.tre-al.jus.br/acessibilidades-tre-al

3

Iniciativa: Acessibilidade Tátil: Implementação de Mapas Táteis em Imóveis do Tribunal

Nome	Acessibilidade Tátil
Responsável	AARI, SAD e AJAP
Descrição	Implementar mapa tátil em todos os imóveis sob responsabilidade deste Tribunal.
Finalidade	Com o objetivo de tornar o ambiente acessível para pessoas cegas ou com baixa visão.
Evidência	Não iniciado

4

Iniciativa: Eliminação de Barreiras Arquitetônicas

Nome | Acessibilidade Plena em Locais de Votação.

Responsável | AARI, SAD e AJAP

Descrição | Redução de barreiras arquitetônicas em todos os locais de votação, através de convênios com os entes federativos.

Finalidade | Promover a acessibilidade universal nos imóveis utilizados como locais de votação, por meio da redução de barreiras arquitetônicas que limitam a autonomia de pessoas com deficiência, em parceria com entes federativos.

Evidência | Não iniciado

5

Iniciativa: Capacitação em Acessibilidade para Servidores

Nome | Capacitação em Acessibilidade para Servidores

Responsável | AARI e SGP

Descrição | Promover capacitação, na temática de acessibilidade, para todos os servidores deste Regional, de modo que todos tenham acesso ao conhecimento no que diz respeito a temas sensíveis às pessoas com deficiência.

Finalidade | Promover a inclusão e acessibilidade no ambiente institucional, garantindo que todos os servidores estejam capacitados para lidar adequadamente com as necessidades de pessoas com deficiência.

Evidência | SEI 0009812-25.2024.6.02.8000

6

Iniciativa: Inclusão e participação ativa no processo eleitoral

Nome | Seção + Que Inclusiva

Responsável | AARI e CPAI

Descrição

A iniciativa "Inclusão Eleitoral: Seção Participativa" tem como foco promover e garantir a participação plena de pessoas com deficiência no processo eleitoral, tanto como eleitores quanto como mesários(as). Através de ações inclusivas, a proposta visa derrubar barreiras físicas, sensoriais e atitudinais, criando um ambiente eleitoral mais acessível e representativo.

Finalidade

A finalidade da iniciativa "Inclusão Eleitoral: Seção Participativa" é promover a inclusão plena e equitativa de pessoas com deficiência no processo eleitoral, garantindo que elas possam exercer seus direitos e deveres cívicos tanto como eleitores quanto como colaboradores eleitorais, como mesários(as).

Evidência

Processo SEI 0000748-54.2025.6.02.8000

7

Iniciativa: Ação de Inclusão e Cidadania

Nome

Acessibilidade e Inclusão em Ação

Responsável

AARI e CPAI

Descrição

A iniciativa "Acessibilidade e Inclusão em Ação" tem como objetivo conscientizar e incluir eleitores com deficiência no processo eleitoral, assegurando seu direito ao voto com pleno acesso aos mecanismos de acessibilidade disponíveis nas urnas eletrônicas. Lançada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL), a ação visa promover a participação democrática de pessoas com deficiência, destacando a importância do voto como um exercício de cidadania.

Finalidade

Fortalecer a cidadania, fornecendo informações e capacitação para eleitores com deficiência, tornando o processo eleitoral mais justo e equitativo.

Evidência

<https://www.tre-al.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Setembro/tre-al-lanca-projeto-201acessibilidade-e-inclusao-em-acao201d>

8

Iniciativa: Inclusão Digital no Portal do TRE-AL

Nome

Inclusão Digital no Portal do TRE-AL

Responsável

STI, ACSC e AARI

Descrição

A iniciativa tem como objetivo adequar o portal do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) às diretrizes de acessibilidade digital, assegurando que todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência ou restrições de mobilidade, visão, audição ou cognitivas, possam acessar de forma plena e inclusiva as informações e serviços disponibilizados online.

Finalidade

Promover a democratização do acesso aos serviços e informações do TRE-AL por meio de um portal acessível e inclusivo, garantindo a conformidade com as normas nacionais e internacionais de acessibilidade, como as Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG).

Evidência

Processo SEI 0006352-30.2024.6.02.8000

9

Iniciativa: Acessibilidade no Processo Eleitoral

Nome

Coordenadores de Acessibilidade Eleitoral

Responsável

AARI e CPAI

Descrição

Garantir a inclusão e o suporte adequado a eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida durante as eleições, por meio da capacitação e estruturação dos coordenadores de acessibilidade nos cartórios eleitorais. A iniciativa visa assegurar que os coordenadores estejam preparados para identificar, atender e orientar eleitores com necessidades específicas, promovendo um processo eleitoral inclusivo e acessível.

Finalidade

Garantir a inclusão e acessibilidade de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida durante os pleitos eleitorais, por meio do recrutamento, capacitação e identificação de coordenadores de acessibilidade, assegurando suporte adequado nos locais de votação e promovendo um ambiente inclusivo, igualitário e acolhedor para todos os cidadãos.

Evidência

Processo SEI 0002992-24.2023.6.02.8000

02



Macrodesafio: Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

1

Iniciativa: Fortalecimento da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial por meio da Melhoria da Infraestrutura e Contratação de Profissionais Especializados

Nome	Fortalecimento da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial
Responsável	ACSC, SAD e AJAP
Descrição	Melhorar a infraestrutura da Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial do TRE-AL com a aquisição de materiais/equipamentos e contratação de profissionais especializados na produção de conteúdos digitais que alimentarão as redes sociais deste Tribunal.
Finalidade	A finalidade dessa iniciativa é modernizar e aprimorar a comunicação institucional do TRE-AL, garantindo maior eficiência, visibilidade e engajamento com o público por meio das redes sociais.
Evidência	0004289-32.2024.6.02.8000

2

Iniciativa: Implementação de Políticas de Inclusão Eleitoral para Grupos Vulneráveis.

Nome	Projeto "Meu Título Indígena"
Responsável	AJAP, ACSC e AARI

Descrição

Promover políticas sociais, como por exemplo a Justiça Itinerante, visando garantir o direito ao Título Eleitoral e ao Voto para as pessoas em situação carcerária, população indígena e quilombolas.

Finalidade

A finalidade da iniciativa é garantir a inclusão política e o exercício pleno dos direitos de cidadania para grupos vulneráveis, como pessoas em situação carcerária, populações indígenas e quilombolas.

Evidência

0010140-86.2023.6.02.8000

3

Iniciativa: Implantação de Pesquisa de Satisfação de Clientes Externos.

Nome

Implantação de Pesquisa de Satisfação de Clientes Externos.

Responsável

AARI e OUV

Descrição

Implantação de Pesquisa de Satisfação de Cliente Externo, disponibilizando pesquisa online no Portal Eletrônico do TRE-AL ou por meio de formulários físicos, nas recepções da Sede/Cartórios Eleitorais da capital e do interior.

Finalidade

A finalidade dessa iniciativa é melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo TRE-AL a partir da coleta e análise do feedback dos clientes externos (eleitores e cidadãos).

Evidência

Processo SEI 0000133-64.2025.6.02.8000

4

Iniciativa: Fortalecimento da Comunicação com o Público por Meio da Ampliação dos Canais de Ouvidoria

Nome

| Fortalecimento da Comunicação com o Público

Responsável

OUV e ACSC

Descrição

Aumentar a acessibilidade e visibilidade da Ouvidoria do TRE-AL, promovendo a integração dos canais digitais, como redes sociais, com os serviços da Ouvidoria. A iniciativa inclui a disponibilização de hiperlinks nas redes sociais que direcionem os usuários diretamente ao formulário da Ouvidoria, facilitando o acesso para registro de dúvidas, reclamações, sugestões ou elogios.

Finalidade | Ampliar o acesso e a interação do público com a Ouvidoria do TRE-AL, facilitando o registro de manifestações por meio de um canal digital eficiente e acessível.

Evidência | Não iniciado

5

Iniciativa: Ampliar o Programa Jovem Eleitor para atender mais escolas públicas e privadas.

Nome | Programa Jovem Eleitor

Responsável | EJE

Descrição

O Programa Jovem Eleitor é uma iniciativa promovida pela Justiça Eleitoral com o objetivo de incentivar a participação política dos jovens brasileiros, especialmente aqueles com idade entre 16 e 18 anos, para quem o voto é facultativo. O programa atua principalmente em escolas públicas e privadas, levando informações sobre cidadania, democracia e o funcionamento do processo eleitoral brasileiro.

Finalidade

A ação tem caráter educativo e visa engajar os jovens a se tornarem eleitores conscientes, promovendo palestras, atividades interativas, debates, e até simulações de eleições, onde os alunos podem experimentar o processo de votação. Além disso, o programa destaca a importância do alistamento eleitoral, incentivando os jovens a tirarem o título de eleitor e exercerem o direito de voto. A principal finalidade do Programa Jovem Eleitor é fomentar a educação política entre os jovens, proporcionando-lhes conhecimento sobre seus direitos e deveres como cidadãos, além de sensibilizá-los sobre a relevância de sua participação nas eleições.

Evidência | Processo SEI 0000748-54.2025.6.02.8000

6

Iniciativa: Ampliar a Divulgação do Programa Mesário Voluntário

Nome | Programa Mesário Voluntário

Responsável | EJE e ACSC

Descrição

A iniciativa Ampliar a Divulgação do Programa Mesário Voluntário tem como objetivo aumentar o conhecimento e a adesão ao Programa Mesário Voluntário, que convida cidadãos a participarem das eleições como mesários de forma voluntária. A campanha visa alcançar diferentes públicos através de estratégias de comunicação diversificadas, incluindo a utilização de plataformas digitais, redes sociais, parcerias com universidades e empresas, e ações de marketing em locais públicos e eventos.

Finalidade

A principal finalidade dessa iniciativa é aumentar o número de voluntários inscritos no Programa Mesário Voluntário, assegurando que todas as seções eleitorais do estado tenham a cobertura adequada de mesários treinados para o bom funcionamento do processo eleitoral.

Evidência

<https://www.tre-al.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/programa-mesario-voluntario>

Iniciativa: Expansão do Projeto "TRE EM MOVIMENTO"

Nome

TRE em movimento.

Responsável

EJE

Descrição

O projeto é uma ação da Justiça Eleitoral com o objetivo de aproximar a população dos processos eleitorais, promovendo a cidadania ativa e o conhecimento sobre o sistema eleitoral. O TRE em Movimento oferece serviços como emissão de títulos eleitorais, transferência de domicílio eleitoral, regularização de pendências, além de palestras e atividades educativas sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral e a importância da participação nas eleições.

Finalidade

Fortalecer a cidadania, fornecendo informações e capacitação para eleitores com deficiência, tornando o processo eleitoral mais justo e equitativo.

Evidência

<https://www.tre-al.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/penedo-recebe-a-primeira-etapa-do-projeto-tre-em-movimento>

8

Iniciativa: Aprimoramento do Formulário da Ouvidoria

Nome	Aprimoramento do Formulário da Ouvidoria com Dados Demográficos
Responsável	Ouvidoria e STI
Descrição	A iniciativa tem como objetivo aprimorar o formulário da Ouvidoria, incorporando campos opcionais para a coleta de informações demográficas genéricas, como faixa etária, gênero, escolaridade, ocupação e região de residência.
Finalidade	Aprimorar o atendimento ao público e subsidiar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e direcionadas, por meio da coleta de informações demográficas genéricas. Com isso, busca-se compreender melhor o perfil dos usuários da Ouvidoria, identificar padrões e demandas específicas e promover um relacionamento mais eficaz entre a instituição e a sociedade.
Evidência	Processos SEI 0005254-24.2022.6.02.8503 e 0003751-56.2021.6.02.8000

9

Iniciativa: Desenvolver Ações para o Protagonismo Feminino no TRE/AL

Nome	Desenvolver Ações para o Protagonismo Feminino no TRE/AL
Responsável	CPIF, SGP e EJE
Descrição	Desenvolver iniciativas visando capacitar, empoderar e promover o protagonismo das servidoras, estagiárias e colaboradoras no ambiente institucional. Por meio de atividades como workshops, painéis de boas práticas e oficinas práticas, busca-se inspirar e preparar as participantes para ocupar posições de destaque em projetos, comissões e funções estratégicas, fortalecendo sua atuação e influência na organização.

Finalidade

A iniciativa tem como objetivo fomentar a equidade de gênero no ambiente institucional, incentivando a participação ativa das mulheres em processos decisórios e estratégicos. Por meio da capacitação e do empoderamento, busca-se reconhecer e potencializar as habilidades e talentos femininos, contribuindo para a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo, colaborativo e representativo.

Evidência

<https://www.tre-al.jus.br/institucional/governanca-corporativa/comissoes-e-comites/comissao-de-participacao-institucional-feminina-1/comissao-de-participacao-institucional-feminina?tab=ancora-3>

10

Iniciativa: Criação de canal para recebimento de denúncias de assédio, abuso ou violência contra mulheres no ambiente eleitoral.

Nome

Ouvidoria da Mulher – Canal de Denúncias e Proteção.

Responsável

Ouvidoria

Descrição

A Ouvidoria Mulher Eleitoral é uma iniciativa criada para oferecer um espaço seguro e confidencial para o recebimento de denúncias de assédio, abuso ou violência contra mulheres no ambiente eleitoral. Com foco na proteção e na promoção de um ambiente mais justo e igualitário, o canal visa garantir que todas as mulheres, envolvidas de alguma forma no processo eleitoral, tenham voz e possam reportar situações de violência sem medo de represálias. Além disso, a ouvidoria oferece apoio, orientação e encaminhamento das denúncias às autoridades competentes, fortalecendo a rede de proteção às mulheres no contexto eleitoral.

O canal está disponível para candidatas, eleitoras, servidoras públicas e demais mulheres que enfrentem qualquer tipo de violência ou abuso durante o processo eleitoral, e assegura que suas denúncias sejam tratadas com discrição e eficiência.

Finalidade

A iniciativa tem como objetivo proporcionar um canal acessível e confidencial para a denúncia de casos de abuso, assédio ou violência contra mulheres, promovendo a escuta ativa, o apoio imediato e a responsabilização dos agressores. A ouvidoria visa, ainda, contribuir para a construção de uma cultura de respeito e igualdade de gênero no contexto eleitoral, fortalecendo a proteção das mulheres e a integridade do processo democrático.

Evidência

Processo SEI nº 0009601-57.2022.6.02.8000

03

Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional



Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

1

Iniciativa: Capacitação dos Servidores no Uso do Sistema PJe, Execução Fiscal e Cumprimento de Sentença

Nome

Capacitação dos Servidores no Uso do Sistema PJe, Execução Fiscal e Cumprimento de Sentença

Responsável

SJ. SGP e CRE

Descrição

Capacitação dos servidores que atuam cotidianamente com o sistema PJe, Execução Fiscal e Cumprimento de Sentença na Justiça Eleitoral.

Finalidade

A finalidade dessa iniciativa é melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, garantindo que os servidores que utilizam o sistema PJe, Execução Fiscal e Cumprimento de Sentença estejam devidamente capacitados e preparados para lidar com esses processos de maneira eficaz.

Evidência

Processos SEI 0001825-06.2022.6.02.8000, 0002402-47.2023.6.02.8000, 0001911-74.2022.6.02.8000, 0001911-74.2022.6.02.8000 e 0002642-17.2025.6.02.8501

2

Iniciativa: Formalização de Convênios para Utilização de Sistemas de Apoio ao Cumprimento de Decisões Judiciais

Nome

Formalização de Convênios para Utilização de Sistemas de Apoio ao Cumprimento de Decisões Judiciais

Responsável

SJ, CRE e AJAP

Descrição | Realizar convênios para utilização das ferramentas Serasajud, Bacenjud, Renajud, Infojud.

Finalidade | Otimizar o cumprimento de decisões judiciais na Justiça Eleitoral, utilizando sistemas tecnológicos que oferecem maior eficiência e agilidade.

Evidência | Não iniciado

③ *Iniciativa: Criação de Ementário Temático e Padronização das Ementas Judiciais*

Nome | Criação de Ementário Temático e Padronização das Ementas Judiciais

Responsável | SJ e CRE

Descrição | Criação de ementário temático e a distribuição de ferramentas pedagógicas para padronização das ementas judiciais.

Finalidade | Padronizar e aprimorar a qualidade das ementas judiciais, garantindo consistência, clareza e acessibilidade nas decisões judiciais.

Evidência | Processos SEI 0010658-42.2024.6.02.8000 e <https://www.tre-al.jus.br/jurisprudencia/ementario-tematico>

④ *Iniciativa: Elaboração de Diretrizes e Manual para a Criação de Ementas Jurisprudenciais:*

Nome | Elaboração de Diretrizes e Manual para a Criação de Ementas Jurisprudenciais:

Responsável | SJ, CRE e AJAP

Descrição | Desenvolver diretrizes claras e objetivas para a elaboração de ementas jurisprudenciais, acompanhadas da criação de um manual detalhado que padronize a formatação e o conteúdo das ementas no âmbito do TRE/AL. A iniciativa tem como objetivo fornecer orientações práticas para magistrados e servidores, facilitando a criação de ementas consistentes, acessíveis e claras. Além disso, o manual servirá como uma ferramenta pedagógica para garantir a uniformidade e a precisão na redação das ementas, assegurando que elas reflitam de forma precisa e objetiva o conteúdo das decisões judiciais.

Finalidade

Padronizar e aperfeiçoar o processo de elaboração de ementas jurisprudenciais, promovendo uniformidade, clareza e qualidade nas decisões judiciais.

Evidência

Processos SEI 0007265-12.2024.6.02.8000 e 0000552-84.2025.6.02.8000

5

Iniciativa: Aprimoramento da Gestão e Monitoramento das Zonas Eleitorais com Dificuldade no Cumprimento de Metas Nacionais:

Nome

Programa de Acompanhamento e Capacitação das Zonas Eleitorais para Cumprimento das Metas Nacionais

Responsável

SJ, CRE e AJAP

Descrição

Desenvolver e implementar um programa contínuo de monitoramento e capacitação direcionado às Zonas Eleitorais que enfrentam dificuldades no cumprimento das Metas Nacionais. A iniciativa inclui a identificação de gargalos processuais por meio de relatórios gerenciais, a orientação de servidores e autoridades judiciais sobre as melhores práticas para agilizar a tramitação processual, bem como a realização de inspeções e correções quando necessário.

Finalidade

Garantir maior celeridade e eficiência na prestação jurisdicional, reduzindo a taxa de congestionamento e melhorando o desempenho das unidades envolvidas.

Evidência

Processos SEI 0009729-58.2024.6.02.8501, 0007127-94.2024.6.02.8501, 0004354-76.2024.6.02.8501 e 0000905-76.2025.6.02.8501.

6

Iniciativa: Implementação de Inspeções Cíclicas nas Zonas Eleitorais

Nome

Implementação de Inspeções Cíclicas nas Zonas Eleitorais

Responsável

CRE

Descrição

Realizar inspeções periódicas e planejadas nas Zonas Eleitorais, com o objetivo de avaliar a conformidade dos procedimentos administrativos e jurisdicionais, identificar possíveis gargalos e garantir o cumprimento das normas e metas estabelecidas. Essas inspeções cíclicas permitirão o monitoramento contínuo das atividades, auxiliando na detecção e correção de falhas, além de otimizar as rotinas cartorárias. A iniciativa visa assegurar que as Zonas Eleitorais operem com eficiência, celeridade e dentro dos padrões de qualidade exigidos pela Justiça Eleitoral, promovendo uma gestão mais eficaz e transparente.

Finalidade

Assegurar a regularidade e a eficiência dos procedimentos nas Zonas Eleitorais, por meio de um monitoramento contínuo e sistemático.

Evidência

Processos SEI 0002321-16.2024.6.02.8501, 0011421-92.2024.6.02.8501 e 0010183-38.2024.6.02.8501.

04

Macrodesafio: Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais



Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

1

Iniciativa: Instituição do Programa de Integridade no TRE-AL

Nome

Instituição do Programa de Integridade no TRE-AL

Responsável

CI

Descrição

Implementar a Política e o Programa de Integridade no TRE-AL, seguindo o modelo utilizado por outros Tribunais, como o TRE-GO. O programa incluirá a definição de instâncias de integridade, identificação de riscos de integridade e as medidas para seu tratamento, além de estratégias de comunicação e capacitação do quadro de servidores.

Finalidade

Fortalecer a cultura de integridade e prevenção de ilícitos eleitorais e administrativos dentro do Tribunal, por meio da criação de mecanismos claros e eficazes de monitoramento e gestão de riscos.

Evidência

Não iniciado

2

Iniciativa: Ampliação das Parcerias com Órgãos de Controle para Prevenção de Ilícitos

Nome

Ampliação das Parcerias com Órgãos de Controle para Prevenção de Ilícitos

<i>Responsável</i>	CI e AARI
<i>Descrição</i>	Estabelecer e expandir parcerias com órgãos de controle, como o Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, e Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, com o objetivo de promover ações conjuntas de prevenção e combate à corrupção e à improbidade administrativa nas eleições.
<i>Finalidade</i>	Integrar esforços institucionais para aumentar a eficácia das ações preventivas e corretivas em relação aos ilícitos eleitorais e administrativos, fortalecendo o controle externo sobre as práticas eleitorais.
<i>Evidência</i>	Não iniciado



Iniciativa: Capacitação de Servidores para o Combate à Corrupção e Ilícitos Eleitorais

<i>Nome</i>	Capacitação de Servidores para o Combate à Corrupção e Ilícitos Eleitorais
<i>Responsável</i>	CI e SGP.
<i>Descrição</i>	Promover capacitações periódicas para os servidores do TRE-AL, com foco no combate à corrupção, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais. Os treinamentos incluirão o aprimoramento das competências para a análise de contas eleitorais, detecção de irregularidades e utilização de ferramentas e sistemas de controle. Além disso, o programa abordará a identificação de riscos e medidas preventivas relacionadas à integridade eleitoral.
<i>Finalidade</i>	Equipar os servidores com o conhecimento e as habilidades necessárias para identificar, prevenir e corrigir práticas corruptas e ilícitas no âmbito eleitoral, contribuindo para uma Justiça Eleitoral mais eficiente e transparente.
<i>Evidência</i>	Processos SEI 0011945-57.2022.6.02.8502

4

Iniciativa: Ampliar a divulgação dos canais de denúncia de corrupção e ilícitos eleitorais, principalmente nas redes sociais institucionais.

Nome

Ampliar a divulgação dos canais de denúncia de corrupção e ilícitos eleitorais, principalmente nas redes sociais institucionais.

Responsável

CI, OUV e ACSC

Descrição

Essa iniciativa visa aumentar a visibilidade e o acesso da população aos canais oficiais de denúncia de atos de corrupção, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais. A estratégia envolve o uso das redes sociais institucionais do Poder Judiciário, órgãos de controle e Ministério Público para divulgar de forma contínua e clara as plataformas disponíveis para o recebimento de denúncias. A iniciativa também incluiria a criação de campanhas educativas nas redes sociais, informando a população sobre a importância da denúncia e explicando como essas informações são tratadas com sigilo e segurança.

Finalidade

Facilitar o acesso dos cidadãos aos canais de denúncia, incentivando a participação ativa no combate à corrupção e aos crimes eleitorais

Evidência

Não iniciado

5

Iniciativa: Criação de Materiais Educativos em Parceria com Unidades e Órgãos Públicos

Nome

Criação de Materiais Educativos em Parceria com Unidades e Órgãos Públicos

Responsável

CI, ACSC, CRE e EJE

Descrição

Desenvolver cartilhas informativas e materiais educativos sobre as consequências das condutas ilícitas eleitorais, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, Seção de Contas Eleitorais, Ministério Público, Tribunais de Contas e outros órgãos. O foco será a conscientização de agentes políticos, gestores públicos e demais atores sobre as implicações jurídicas de suas ações.

Finalidade

Promover a conscientização entre agentes públicos e políticos sobre os riscos e penalidades das práticas de corrupção e ilícitos eleitorais, contribuindo para a prevenção de infrações e irregularidades.

Evidência

Não iniciado

Iniciativa: Promover melhorias no processo de análise de contas de candidatos e partidárias por meio da capacitação e suporte aos servidores das Zonas Eleitorais

Nome

Promover melhorias no processo de análise de contas de candidatos e partidárias por meio da capacitação e suporte aos servidores das Zonas Eleitorais

Responsável

CI, SCEP e SGP

Descrição

Essa iniciativa visa melhorar a eficiência e a qualidade do processo de análise das contas eleitorais de candidatos e partidos nas Zonas Eleitorais. O foco está em capacitar os servidores envolvidos nesse processo, proporcionando treinamentos regulares sobre as normas atualizadas de prestação de contas e as melhores práticas de auditoria e fiscalização financeira. Além disso, seria implementado um suporte técnico contínuo, com a criação de uma equipe de referência, especializada em finanças eleitorais, para dar assistência aos servidores das Zonas Eleitorais.

Também será introduzido um Índice de Satisfação do Cliente Interno (ISCI), que será mensurado por meio de pesquisas regulares com os servidores, avaliando a qualidade das capacitações, o nível de suporte recebido e o impacto das melhorias no desempenho das atividades.

Finalidade

Aprimorar a eficiência e a precisão na análise das contas eleitorais de candidatos e partidos, por meio da capacitação e suporte contínuo aos servidores das Zonas Eleitorais. Ao melhorar a qualidade das análises, reduzir erros e inconsistências, e fortalecer a conformidade com as exigências legais, a iniciativa visa também mensurar e aumentar a satisfação dos servidores com os treinamentos e suportes oferecidos, promovendo um ambiente de trabalho mais eficaz e profissional.

Evidência

SEI 0003796-55.2024.6.02.8000 e SEI 0009250-16.2024.6.02.8000

Iniciativa: Adesão ao Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper)

Nome

Adesão ao Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper)

Responsável

CI e CRE

Descrição

Implementar e utilizar o Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper), hospedado na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), como ferramenta de apoio à investigação patrimonial e à recuperação de ativos. A iniciativa inclui a adesão ao módulo, capacitação de servidores(as) e magistrados(as), e a integração dos sistemas do Tribunal ao Sniper para garantir a eficiência e a agilidade nos processos relacionados à gestão patrimonial.

Finalidade

Fortalecer a capacidade institucional do TRE-AL em investigações patrimoniais e recuperação de ativos, garantindo maior celeridade, precisão e segurança no manejo de informações patrimoniais. A adesão ao Sniper busca aprimorar o atendimento às demandas judiciais, promover maior eficiência administrativa e contribuir com os objetivos estratégicos de governança e combate à corrupção.

Evidência

Não iniciado

05

Macrodesafio: Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.



Promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

Obs.: O Objetivo Estratégico 5 (Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios) foi atribuído ao segmento da Justiça Eleitoral pelo CNJ. Porém, as unidades técnicas deste Regional não vislumbraram a aplicabilidade do presente indicador, haja vista que os julgamentos no segundo grau no TRE/AL são de competência do plenário, não havendo órgão fracionário (pressuposto para a instauração do IAC conforme art. 947, I e II do CPC).

06



Macrodesafio: Promoção da Sustentabilidade

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

1

Iniciativa: Estudo e Implantação de Energia Solar nos Cartórios, Fórum Eleitoral e Sede do TRE/AL

Nome

Estudo e Implantação de Energia Solar nos Cartórios, Fórum Eleitoral e Sede do TRE/AL

Responsável

APGS, NSA e SAD

Descrição

Realizar um estudo de viabilidade para a implantação de sistemas de energia solar nos cartórios eleitorais, no Fórum Eleitoral e na sede do TRE/AL, seguido da instalação dos painéis fotovoltaicos onde for viável. Essa ação incluirá a avaliação técnica das estruturas prediais para a instalação dos sistemas, a projeção de economia de energia, bem como os benefícios ambientais, como a redução da pegada de carbono da instituição.

Finalidade

Essa iniciativa tem como objetivo reduzir o consumo de energia elétrica convencional, diminuindo custos operacionais e contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa, alinhando o TRE às metas de sustentabilidade. A utilização de energia solar também funcionará como um exemplo de inovação sustentável, promovendo o uso de fontes de energia renováveis no setor público.

Evidência

Processo SEI nº 0002180-11.2025.6.02.8000 e Processo SEI nº 0011008-30.2024.6.02.8000

2

Iniciativa: Criação de uma Central de Resíduos para Coleta e Destinação de Materiais Recicláveis

Nome

Criação de uma Central de Resíduos para Coleta e Destinação de Materiais Recicláveis

Responsável

APGS, NSA e SAD

Descrição

Implantar uma Central de Resíduos no TRE destinada à coleta, segregação e destinação adequada de materiais recicláveis, como papel, plástico, metal e vidro. A central será equipada com áreas específicas para cada tipo de resíduo e contará com parcerias com cooperativas de reciclagem, garantindo a destinação correta dos materiais. Além disso, a central promoverá campanhas internas de sensibilização sobre a importância da correta separação dos resíduos e a redução de desperdícios.

Finalidade

A iniciativa visa contribuir para o estabelecimento de metas ambientais conforme as diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS), com o objetivo de reduzir a quantidade de resíduos descartados inadequadamente e aumentar a taxa de reciclagem no TRE. Além disso, promoverá uma cultura de responsabilidade ambiental entre os servidores e colaboradores, incentivando práticas sustentáveis no gerenciamento de resíduos.

Evidência

0002387-10.2025.6.02.8000

3

Iniciativa: Organização e Promoção de Seminário/Curso/Palestras com Foco na Conscientização Socioambiental

Nome

Organização e Promoção de Seminário/Curso/Palestras com Foco na Conscientização Socioambiental

Responsável

APGS, NSA e SGP

Descrição

Promover regularmente seminários, cursos e palestras voltados para a conscientização socioambiental dos servidores e colaboradores do TRE, bem como da sociedade em geral. Esses eventos terão como objetivo difundir práticas sustentáveis, como o uso consciente dos recursos naturais, a importância da reciclagem, a economia de energia e a preservação ambiental.

Finalidade

A iniciativa busca gerar maior conscientização socioambiental entre os servidores e colaboradores, incentivando a adoção de comportamentos mais sustentáveis tanto no ambiente de trabalho quanto em suas vidas pessoais.

Evidência

| 0006891-93.2024.6.02.8000 e 0002149-88.2025.6.02.8000

4

Iniciativa: Elaboração do inventário de emissão de gases de efeito estufa

Nome

Elaboração do inventário de emissão de gases de efeito estufa

Responsável

APGS, NSA e SAD

Descrição

A elaboração do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) consiste em uma iniciativa estratégica voltada para mapear, quantificar e monitorar as emissões de gases que contribuem para o aquecimento global, decorrentes das atividades institucionais. Essa ação integra a gestão ambiental do tribunal e busca alinhar suas práticas com os compromissos de sustentabilidade e redução do impacto ambiental, em conformidade com as diretrizes nacionais e internacionais para mitigação das mudanças climáticas.

Finalidade

A finalidade da elaboração do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) é promover uma gestão ambientalmente responsável, identificando e quantificando as emissões de gases poluentes provenientes das atividades institucionais.

Evidência

| Processo SEI nº 0001863-13.2025.6.02.800 e Processo SEI 0001973-12.2025.6.02.8000

07

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária



Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

1

Iniciativa: Desenvolver uma Gestão de Riscos Abrangente e Estruturada

Nome

Desenvolver uma Gestão de Riscos Abrangente e Estruturada

Responsável

AGE e COAUD

Descrição

Desenvolver a Gestão de Riscos abrangente e integrada, com o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e mitigar riscos que possam impactar a administração do TRE e a governança judiciária. A gestão de riscos deve abranger não apenas áreas operacionais e financeiras, mas também riscos relacionados à segurança da informação, conformidade regulatória e continuidade de negócios. Para garantir sua efetividade, a iniciativa incluirá a capacitação de gestores e servidores, além da adoção de ferramentas tecnológicas que facilitem o acompanhamento e controle dos riscos.

Finalidade

Prevenir e mitigar possíveis impactos negativos que possam comprometer a eficiência e a eficácia da gestão administrativa e da governança judiciária, assegurando a continuidade das operações e o cumprimento dos objetivos estratégicos da instituição.

Evidência

Processo SEI 0006947-34.2021.6.02.8000

2

Iniciativa: Elaboração do Manual de Gestão de Riscos do TRE-AL

Nome	Elaboração do Manual de Gestão de Riscos do TRE-AL
Responsável	AGE
Descrição	A iniciativa "Elaboração do Manual de Gestão de Riscos do TRE-AL" tem como objetivo desenvolver um documento normativo e orientador que consolide as práticas, ferramentas e metodologias para a identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, abrangendo os processos administrativos e os processos diretamente relacionados à realização das eleições.
Finalidade	A finalidade da iniciativa é fortalecer a governança, a gestão administrativa e a condução segura e transparente dos processos eleitorais do TRE-AL por meio da elaboração e implementação de um Manual de Gestão de Riscos. Esse manual tem como propósito identificar, avaliar, tratar e monitorar riscos associados às atividades administrativas e operacionais, especialmente aquelas relacionadas ao planejamento, organização e execução das eleições.
Evidência	Processo SEI nº 0006947-34.2021.6.02.8000 e 0005179-10.2020.6.02.8000

3

Iniciativa: Implantação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)

Nome	Implantação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)
Responsável	SAD e Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Presidência nº 265/2021.
Descrição	Adaptar os processos de contratação do TRE à nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), implementando todas as mudanças e diretrizes previstas na legislação, como a utilização de novas modalidades de contratação, critérios de julgamento, maior transparência e planejamento, e a obrigatoriedade de um portal de contratações públicas. A iniciativa também prevê a capacitação contínua dos servidores envolvidos nas licitações e contratos, além do desenvolvimento de novos sistemas e fluxos de trabalho para atender às exigências da nova lei.

Finalidade

Garantir conformidade legal nos processos de contratação, ao mesmo tempo em que promove maior eficiência, transparência e controle nos processos licitatórios, assegurando que as aquisições e contratações do TRE sejam feitas de forma mais ágil e segura.

Evidência

0001527-43.2024.6.02.8000

4

Iniciativa: Adequar o TRE à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Nome

Adequar o TRE à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)

Responsável

CGPDP e GT-LGPD

Descrição

Implementar um programa completo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com a criação de políticas de privacidade, processos de tratamento de dados pessoais e a designação de um encarregado (DPO) para gerenciar o cumprimento da legislação.

Finalidade

Assegurar que o TRE esteja em conformidade com a LGPD, protegendo os dados pessoais dos servidores, colaboradores e cidadãos, além de garantir que todas as operações da Justiça Eleitoral respeitem a privacidade e a segurança da informação.

Evidência

0006581-29.2020.6.02.8000 e 0005469-83.2024.6.02.8000

5

Iniciativa: Dispor de Infraestrutura Adequada para Satisfazer as Exigências Operacionais

Nome

Dispor de Infraestrutura Adequada para Satisfazer as Exigências Operacionais

Responsável

SAD e STI

Descrição

Realizar um levantamento completo das necessidades de infraestrutura física e tecnológica do TRE, para garantir que todos os cartórios, fóruns eleitorais e a sede estejam adequados às exigências operacionais e de segurança. Isso inclui a modernização das instalações, com a adoção de soluções tecnológicas avançadas que suportem o aumento da demanda e garantam o funcionamento eficiente das atividades administrativas e judiciárias, além de melhorias na acessibilidade e sustentabilidade dos prédios.

Finalidade

Garantir que o TRE tenha uma infraestrutura adequada e moderna, capaz de suportar as exigências operacionais, promover um ambiente de trabalho eficiente e seguro, e atender às demandas da sociedade com maior agilidade.

Evidência

0007490-32.2024.6.02.8000

6

Iniciativa: Aprimorar governança de contratações

Nome

Plano de Contratação Anual

Responsável

SAD

Descrição

A iniciativa consiste em desenvolver e implementar um Plano de Contratações Anual (PCA), que consolidará todas as demandas de aquisições, serviços, projetos e obras que o TRE pretende contratar ou prorrogar no exercício subsequente. O PCA será elaborado de forma colaborativa, envolvendo todas as áreas da instituição, com o objetivo de planejar de maneira estratégica e integrada as necessidades de contratação. O processo incluirá a identificação detalhada das demandas, a definição de prioridades, a análise de viabilidade e a previsão orçamentária. Também será utilizado um sistema de gestão de contratos para monitorar e garantir o cumprimento das metas estabelecidas no plano.

Finalidade

A iniciativa tem como objetivo melhorar a eficiência e a transparência na gestão de contratações, garantindo um planejamento antecipado e estruturado que possibilite a racionalização dos recursos públicos, a redução de riscos e o aumento da eficiência operacional. Além disso, busca-se garantir que todas as contratações ocorram de forma alinhada às diretrizes estratégicas da instituição e em conformidade com as normas legais, evitando contratações emergenciais e imprevistas.

Evidência

Não iniciado

7

Iniciativa: Suporte à Governança Judiciária

Nome

Central de Processamento Unificado - CPU

Responsável

SJ, CRE, CPU e AJAP

Descrição

A CPU - Central de Processamento Unificado é composta por servidores capacitados que, atuando de forma centralizada, prestam auxílio remoto aos cartórios eleitorais, complementando a força de trabalho existente. Essa medida busca mitigar os impactos de eventuais carências de pessoal, sobrecarga de trabalho ou processos mais complexos que demandam apoio adicional. Além disso, o grupo contribuirá para o aprimoramento da prestação jurisdicional no primeiro grau, garantindo mais celeridade e eficiência nos atendimentos e na gestão dos processos eleitorais.

Finalidade

Complementação da força de trabalho dos cartórios eleitorais e o aprimoramento na entrega da prestação jurisdicional no primeiro grau.

Evidência

Processos SEI 0002089-18.2025.6.02.8000 e 0004354-76.2024.6.02.8501



Iniciativa: Implantação de Sistema de Monitoramento de Dados para Suporte à Governança

Nome

Business Intelligence (BI) na Gestão Estratégica

Responsável

AGE e STI

Descrição

Essa iniciativa consiste na implantação de um Sistema de Monitoramento de Dados voltado para a melhoria da gestão administrativa e da governança judiciária, com foco na automação de processos e análise de dados. O sistema será desenvolvido para coletar, consolidar e monitorar em tempo real diversos indicadores de desempenho relacionados a áreas administrativas, judiciárias, financeiras e de recursos humanos, entre outras.

Finalidade

A principal finalidade dessa iniciativa é fornecer suporte informacional às instâncias de governança, permitindo o acompanhamento eficiente de indicadores de desempenho em diversas áreas.

Evidência

<https://www.tre-al.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/paineis-bi/paineis-bi>

08

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas



Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

1

Iniciativa: Aprimorar governança de capacitações

Nome	Plano Anual de Capacitação
Responsável	SGP
Descrição	A iniciativa consiste em desenvolver e implementar o Plano Anual de Capacitações (PAC), que consolidará todas as demandas de capacitação de servidores do TRE para o exercício subsequente. O PAC será elaborado de forma colaborativa, envolvendo todas as áreas do tribunal, com o objetivo de planejar de maneira estratégica e integrada as necessidades de formação e desenvolvimento de competências. O processo incluirá a identificação detalhada das demandas de capacitação de cada setor, a definição de prioridades com base nas necessidades institucionais, a análise de viabilidade (incluindo modalidades de ensino, como presencial, híbrido ou a distância) e a previsão orçamentária para financiar os treinamentos.
Finalidade	A iniciativa tem como objetivo melhorar a governança na gestão de capacitações no TRE, garantindo um planejamento estratégico das formações que esteja alinhado às prioridades institucionais e às necessidades de desenvolvimento dos servidores. Além de otimizar o uso dos recursos destinados à capacitação, o PAC permitirá uma maior previsibilidade e eficiência na execução das capacitações, promovendo a formação contínua e a atualização dos servidores para melhorar a qualidade do serviço público prestado.

Evidência | 0011208-37.2024.6.02.8000

2

Iniciativa: Aperfeiçoamento do Programa Auxílio Bolsa de Estudos

Nome | Aperfeiçoamento do Programa Auxílio Bolsa de Estudos

Responsável | SGP

Descrição

A iniciativa tem como objetivo aperfeiçoar o Programa Auxílio Bolsa de Estudos do TRE, ampliando seu alcance e tornando-o mais flexível e acessível aos servidores. As melhorias propostas incluem a revisão dos critérios de concessão, a fim de contemplar um maior número de servidores, e a inclusão de novas modalidades de formação, como cursos de idiomas, pós-graduação, especializações e certificações profissionais, que possam agregar valor ao desenvolvimento individual e institucional.

Finalidade

O aperfeiçoamento do Programa Auxílio Bolsa de Estudos visa incentivar a qualificação contínua dos servidores, alinhando o desenvolvimento pessoal às necessidades estratégicas do TRE. Com a ampliação das áreas de estudo contempladas e a simplificação do processo de adesão, a iniciativa pretende promover a formação de servidores mais capacitados, capazes de contribuir de forma mais eficiente e inovadora para a instituição. Além disso, o programa visa aumentar a motivação e a satisfação dos servidores, criando oportunidades de crescimento profissional e pessoal.

Evidência | 0000296-44.2025.6.02.8000

3

Iniciativa: Manutenção e Fortalecimento do Programa Qualidade de Vida no Trabalho

Nome | Manutenção e Fortalecimento do Programa Qualidade de Vida no Trabalho

Responsável | SGP

<i>Descrição</i>	A iniciativa visa à manutenção e fortalecimento do Programa de Qualidade de Vida no trabalho, com ações voltadas para o bem-estar físico e mental dos servidores e de seus dependentes. O programa será mantido com a oferta de palestras regulares sobre saúde, nutrição, ergonomia e prevenção de doenças, além de campanhas anuais de vacinação contra a gripe, abrangendo servidores e seus dependentes. A vacinação visa à prevenção de doenças e à redução do absenteísmo causado por doenças respiratórias, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo. Introdução de Ginástica laboral, com sessões regulares no ambiente de trabalho para prevenir problemas de saúde relacionados ao sedentarismo e à má postura, melhorando a disposição física dos servidores ao longo da jornada. Essas atividades serão supervisionadas por profissionais especializados, que poderão personalizar os exercícios de acordo com as necessidades dos servidores.
<i>Finalidade</i>	A iniciativa tem como objetivo aumentar a qualidade de vida dos servidores e servidoras no ambiente de trabalho, promovendo a prevenção de doenças e a melhoria do bem-estar geral. Ao focar na saúde física e mental, a iniciativa também visa reduzir o absenteísmo e melhorar o desempenho dos servidores, criando um ambiente de trabalho mais equilibrado, produtivo e saudável.
<i>Evidência</i>	0000150-03.2025.6.02.8000

4

Iniciativa: Pesquisa de Clima Organizacional Bianual

<i>Nome</i>	Pesquisa de Clima Organizacional Bianual
<i>Responsável</i>	SGP
<i>Descrição</i>	A iniciativa consiste na realização de uma Pesquisa de Clima Organizacional bianual, sob a responsabilidade da SGP, com o objetivo de medir a satisfação de servidores, terceirizados e colaboradores mapear suas percepções sobre diversos aspectos do ambiente de trabalho.

Finalidade

A finalidade dessa iniciativa é identificar e compreender as percepções dos colaboradores sobre o ambiente corporativo, permitindo à gestão tomar decisões mais informadas sobre ações de melhoria. Ao promover um ambiente de trabalho mais satisfatório e motivador, espera-se aumentar o engajamento dos servidores, reduzir a rotatividade e melhorar a produtividade geral do TRE.

Evidência

| 0003192-94.2024.6.02.8000

09

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira



Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

1

Iniciativa: Ampliação da Ferramenta de Business Intelligence (BI) na Gestão Orçamentária e Financeira

Nome | Ampliação da Ferramenta de Business Intelligence (BI) na Gestão Orçamentária e Financeira

Responsável | SAD e STI

Descrição

Essa iniciativa visa à ampliação do uso de ferramentas de Business Intelligence (BI) no processo de gestão orçamentária e financeira, permitindo uma visualização detalhada e interativa dos dados orçamentários e financeiros em tempo real. A ferramenta será configurada para agregar, consolidar e analisar grandes volumes de dados, oferecendo dashboards personalizados que permitam à gestão tomar decisões mais informadas e estratégicas. O uso ampliado do BI permitirá uma análise preditiva e mais precisa de recursos, facilitando a alocação orçamentária e o acompanhamento dos gastos de maneira mais eficiente.

Finalidade

Essa iniciativa tem como objetivo aumentar a eficiência e a precisão na gestão orçamentária, oferecendo uma análise mais rápida e detalhada das informações financeiras, permitindo o acompanhamento contínuo da execução orçamentária e a identificação de desvios ou necessidades de ajuste em tempo hábil.

Evidência

<https://www.tre-al.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/paineis-bi/paineis-bi>

2

Iniciativa: Compatibilização do Plano de Contratação com a Programação da Proposta Orçamentária

Nome

Compatibilização do Plano de Contratação com a Programação da Proposta Orçamentária

Responsável

SAD e AJAP

Descrição

A iniciativa propõe antecipar a elaboração do Plano de Contratação para que sua versão preliminar seja compatível com a programação da proposta orçamentária, criando maior sinergia entre ambos. Isso permitirá que o planejamento das contratações esteja alinhado com a previsão orçamentária, garantindo uma melhor coordenação entre as áreas responsáveis pelas contratações e pela gestão orçamentária. A compatibilização incluirá a integração de sistemas para facilitar o compartilhamento de informações e a visualização de demandas e recursos disponíveis de forma sincronizada.

Finalidade

O principal objetivo dessa iniciativa é garantir que o Plano de Contratação esteja perfeitamente alinhado à proposta orçamentária, evitando discrepâncias e contribuindo para um planejamento mais estratégico e eficiente dos recursos, otimizando o uso do orçamento disponível.

Evidência

Não iniciado

3

Iniciativa: Desenvolvimento de Programa Informatizado de Gestão Orçamentária

Nome

Desenvolvimento de Programa Informatizado de Gestão Orçamentária

Responsável

SAD e STI

Descrição

Essa iniciativa visa desenvolver um programa informatizado de gestão orçamentária, com a finalidade de reduzir os esforços manuais na tramitação processual e melhorar o acompanhamento do orçamento em todas as suas fases. O sistema permitirá o monitoramento automatizado da execução orçamentária, desde a previsão até a liquidação, com geração automática de relatórios e alertas de desvio. A plataforma será integrada a outros sistemas de gestão financeira, facilitando o controle de contratos, empenhos e pagamentos, além de garantir maior transparência e controle nos processos orçamentários.

Finalidade

Essa iniciativa tem como finalidade aperfeiçoar o acompanhamento e controle do orçamento, reduzindo o tempo gasto com tarefas administrativas e melhorando a eficiência na gestão dos recursos, permitindo um monitoramento em tempo real da execução orçamentária e maior agilidade na tomada de decisões.

Evidência

Não iniciado

10

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

1

Iniciativa: Garantir a Disponibilidade da Rede de Comunicação de Dados entre a Sede e as Zonas Eleitorais

Nome

Garantir a Disponibilidade da Rede de Comunicação de Dados entre a Sede e as Zonas Eleitorais

Responsável

STI

Descrição

Essa iniciativa visa garantir a disponibilidade contínua e estável da rede de comunicação de dados entre a sede do TRE e as Zonas Eleitorais, assegurando uma conectividade confiável para o tráfego de informações críticas e operacionais. Serão implementadas ações de modernização da infraestrutura de rede, incluindo o aumento da largura de banda, a adoção de soluções de redundância e a utilização de ferramentas de monitoramento em tempo real para detectar e solucionar problemas de conectividade rapidamente.

Finalidade

O objetivo é melhorar a eficiência e a segurança nas operações das Zonas Eleitorais, garantindo que as comunicações sejam estáveis e rápidas, especialmente em períodos de maior demanda, como os ciclos eleitorais.

Evidência

0000372-68.2025.6.02.8000; evento 1668788

2

Iniciativa: Aprimorar o Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI)

Nome | Aprimorar o Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI)

Responsável | STI

Descrição

A iniciativa visa elevar o Índice de Governança de Tecnologia da Informação (iGovTI) no TRE, por meio da adoção de melhores práticas de governança e gestão de TI. Será implementado um plano de ação estratégico para aumentar a maturidade em governança de TI, envolvendo ações como a capacitação dos profissionais de TI, o desenvolvimento de políticas de segurança da informação, a adoção de indicadores de desempenho e a melhoria dos processos de planejamento e controle. Também será promovida a integração com a estratégia nacional de TIC, assegurando conformidade com as diretrizes nacionais e o alinhamento com os objetivos institucionais.

Finalidade

O objetivo é melhorar a governança de TI dentro do TRE, aumentando a eficiência e a segurança dos sistemas, além de melhorar a transparência e o controle sobre o uso da tecnologia da informação, garantindo alinhamento com as melhores práticas e normas nacionais.

Evidência | 006874-57.2024.6.02.8000

3

Iniciativa: Realização de Manutenção Preventiva nas Urnas Eletrônicas

Nome | Realização de Manutenção Preventiva nas Urnas Eletrônicas

Responsável | STI

Descrição

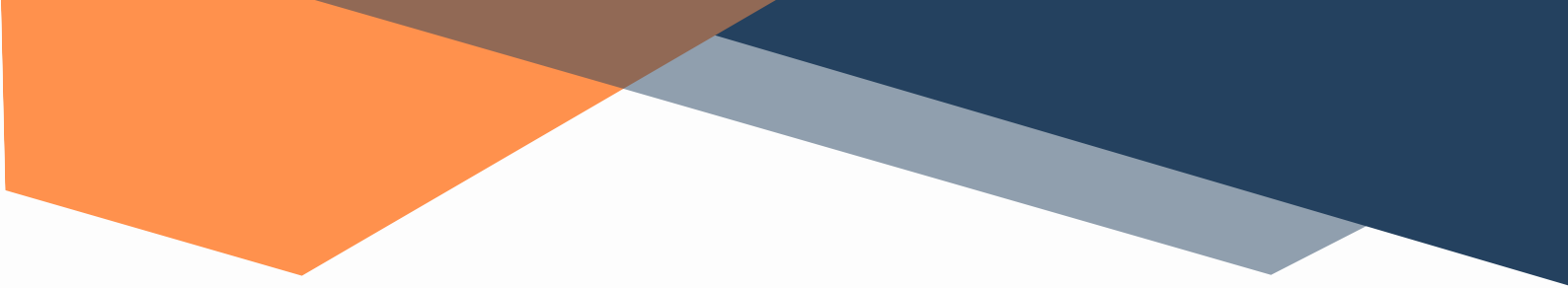
A iniciativa tem como foco a realização de manutenções preventivas regulares nas urnas eletrônicas, garantindo que todos os equipamentos estejam em perfeitas condições de uso para as eleições. Será implementado um cronograma de manutenção periódica que abrange testes de hardware e software, inspeção de componentes e substituição de peças que apresentem desgaste. A ação também incluirá a atualização dos sistemas operacionais das urnas e a implementação de novas medidas de segurança, garantindo a confiabilidade e a integridade dos equipamentos para o processo eleitoral.

Finalidade

O objetivo dessa iniciativa é assegurar o pleno funcionamento das urnas eletrônicas, garantindo que as eleições ocorram de maneira segura, eficiente e sem falhas técnicas, reforçando a confiança da sociedade no sistema eleitoral.

Evidência

0000196-89.2025.6.02.8000



LEGENDA DAS UNIDADES ENVOLVIDAS:

AGE: Assessoria de Gestão Estratégica

SAD: Secretaria de Administração

STI: Secretaria de Tecnologia da Informação

SGP: Secretaria de Gestão de Pessoas

SJ: Secretaria Judiciária

AAARI: Assessoria de Acessibilidade e Relações Institucionais

AJAP: Assessoria do Juiz Auxiliar da Presidência

OUV: Ouvidoria

EJE: Escola Judiciária Eleitoral

CRE: Corregedoria Regional Eleitoral

CPAI: Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

CPIF: Comissão de Participação Institucional Feminina

CGPDP: Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais

GT-LGPD: Grupo de Trabalho Técnico da LGPD

ACSC: Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial

CI: Comissão de Integridade

CPU: Central de Processamento Unificado

COAUD: Coordenadoria de Auditoria Interna

GT - Licitações: Grupo de Trabalho para implementar nova Lei de Licitações.

